

**AS RELIGIOSAS DO CONVENTO DA
AJUDA DO RIO DE JANEIRO E A ATUAÇÃO
ADMINISTRATIVA DO
BISPO D. FR. ANTÔNIO DO DESTERRO
MALHEIROS NA CLAUSURA**

**THE RELIGIOUS OF THE “CONVENT OF
AJUDA”
OF RIO DE JANEIRO AND THE
ADMINISTRATIVE PERFORMANCE OF BISHOP
D. FR. ANTÔNIO DO DESTERRO MALHEIROS
IN THE CLOSURE**

AMANDA DIAS DE OLIVEIRA *

Resumo: O artigo trará um mapeamento das candidatas ao noviciado e à profissão religiosa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, no princípio de sua fundação, no ano de 1750. São ao todo, treze solicitações, que em sua maioria, eram para noviciar e professar no dito convento, ou para um recolhimento temporário por motivos diversos. Na composição do trabalho, serão indicados: o local de origem, o nome de seus pais ou responsáveis, se de fato tornaram-se religiosas e a idade e o ano em que faleceram. A partir desta etapa, tentaremos compreender a forma como o bispo Beneditino D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros (1746-1773) governou o então convento por meio das constituições elaboradas por ele em 1750, exercendo assim o seu poder frente às religiosas.

Palavras-chave: Convento, bispo, noviças.

Abstract: The article will bring a mapping of the candidates to the novitiate and the religious profession of the Convent of Our Lady of the conception of the aid, at the beginning of its foundation, in the year 1750. They are in all, thirteen requests, which mostly were to be inhabited and professed in the said convent, or for a temporary recollection for various reasons. In the composition of the work, they will be indicated: the place of origin, the name

Artigo recebido em 24 de setembro de 2017 e aprovado para publicação em 02 de março de 2018.

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista da Capes. (amanda_d_oliveira@yahoo.com.br)

of their parents or guardians, if in fact they became religious and the age and the year in which they died. From this stage, we will try to understand how the Benedictine Bishop D. Fr. Antônio of the Exile Malheiros (1746-1773) ruled the then convent by means of the constitutions prepared by him in 1750, thus exerting his power against the religious.

Key words: Convent; Bishop; novices

A fundação do Convento da Ajuda ocorreu em 1750¹. O espaço fora estabelecido como recolhimento, em 1678, por iniciativa de Cecília Barbalho e do Bispo D. José de Barros de Alarcão, e foi alvo de inúmeras tentativas de projeto para transforma-lo em um convento religioso. A permissão da monarquia portuguesa viria apenas em 1705, para fundar um espaço de freiras professas², pela iniciativa do bispo D. Francisco de São Jerônimo, que deu a licença régia em 19 de fevereiro daquele mesmo ano. Contudo, a instância fora efetivada pela força de D. Desterro -quarenta e cinco anos depois-³.

O Convento da Ajuda foi uma instituição formada por interesses de famílias da localidade do Rio de Janeiro. Sendo instituído em 1750, e obedecendo à Ordem da Imaculada Conceição de Maria, as religiosas vestiriam o hábito de irmãs concepcionistas⁴. Assim que o convento foi fundado, o bispo beneditino D. Desterro prescreveu suas constituições, para que as reclusas pudessem seguir um padrão no decorrer da carreira religiosa. O então manuscrito contém trinta e nove capítulos de ordenações gerais, com base na Ordem da Conceição⁵. São - "Constituições e leis por que se hão de governar as religiosas da Conceição de Nossa Senhora da Ajuda da jurisdição ordinária do excelentíssimo e reverendíssimo senhor bispo deste bispado"-⁶.

Porque era essencial a atuação de um bispo frente às religiosas capitulares para governar aquele convento? Decidimos pontuar o papel que o religioso exerceu, e a forma como aplicou o seu poder frente a este grupo feminino. Assim, parece haver um espaço para explorarmos o Convento da Ajuda em pelo menos duas dimensões: a social e a institucional. Desta maneira,

¹ Só por uma questão informativa, o primeiro convento fundado no Brasil foi o do Desterro, situado na Bahia. Seu ano de fundação foi em 1677. Ver: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: As enclausuradas clarissas do Convento de Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

² A.H.U. 1705. S. d. Informação do Padre Balthazar Duarte, em que pretende demonstrar todas as vantagens que ofereceria a fundação do referido convento. Anexa ao n.º 2855. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 28625.

³ O fato ocorreu após a transferência do bispo João da Cruz ao bispado de Portugal, dando lugar ao monge beneditino D. Frei Antônio do Desterro Malheiros.

⁴ OLIVEIRA, Amanda Dias de. O recolhimento da ajuda no Rio de Janeiro (1678-1750). *Revista Tempo Amazônico*, v.1 02, Nº 02, 2015, pp.126-141.

⁵ RODRIGUES, & c. TYP. DO- "JORNAL DO COMÉRCIO" -. Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda. 1908.

⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - (ACMRJ) - Livro Primeiro das Portarias e Ordens Episcopais. Título E-238. VI, 1. Regra das Religiosas. (1750), fl. 14-14v.

um detalhamento da condição social destas mulheres, a origem e as contribuições em forma de dote para serem admitidas naquela clausura terão espaço neste trabalho. No aspecto institucional, cabe desenvolver a forma como ocorreram algumas relações internas, que podem abarcar desde a escolha das candidatas até as relações eclesiais entre bispos e freiras.

Além de contar com as constituições do Arcebispado da Bahia como um manual disciplinar, alguns desses religiosos sofreram influência direta da jacobea. Segundo Paiva, tal movimento buscou observar a conduta dos fiéis, sejam seculares ou religiosos, de uma forma mais sistemática, adequando à conduta de tais indivíduos à ética cristã. Desta forma, o estímulo aos sacramentos, ao exame de consciência e à oração mental foi observado no discurso destes bispos.⁷ Segundo o autor, o impacto no corpo episcopal pode ser observado na escolha de um religioso a partir de sua formação religiosa, para que este desse valor e consistência ao lado espiritual dos devotos.

Assim, no que diz respeito às constituições do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, por exemplo, foi possível observar tais feitos. A busca pela perfeição religiosa auxiliaria as freiras em seu crescimento espiritual, além de lhes dar força para resistir às influências mundanas. Adiante, é exortada na regra das religiosas a necessidade de realizarem mortificações para obter a perfeição religiosa – o zelo da alma e o desprezo pelo mundo. Todos estes elementos que compuseram a regra principal do Convento da Ajuda foram prescritos pelo bispo D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros, que induziu as freiras a obedecerem a constituição para que se tornassem dignas de seu estado. Vale ressaltar que o exame de consciência e a confissão foram instrumentos de purificação das almas e, concomitantemente, reuniam pilares indispensáveis para todos os que ansiavam levar uma vida espiritualizada.

D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros foi um religioso da Ordem de São Bento que colaborou na formação de paróquias, no melhoramento do ensino, na instrução religiosa de seus diocesanos e no estabelecimento de conventos. Pedia esmolas para a fundação da instituição e se preocupava com a situação espiritual da população.⁸ A vida do então bispo foi iniciada em Viana de Lima, Portugal, no ano de 1694, quando nasceu. Era filho de fidalgos: Ventura Malheiros Reinão e dona Páscoa Ferreira Ferraz.

Iniciou sua carreira em 1710, ao ingressar no mosteiro beneditino em São Martinho de

⁷ FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Unifesp, 2011, pp. 40.

⁸ *Idem*, 2011, 49.

Tibães, sendo ordenado oito anos mais tarde. Em 1724, foi proclamado Doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, e atuou como bispo em Angola, antes de ser bispo do Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1746, quando tinha cinquenta e dois anos.⁹ Sua carreira acabou por volta do ano de 1773, quando faleceu, aos setenta e nove anos de idade.

Sua vinda para o Rio de Janeiro foi algo festejado pelos membros da administração colonial. Representantes seculares e religiosos mostravam-se satisfeitos com a chegada de um bispo na capitania. O prelado fora recebido pela cidade com hinos e festa, com acompanhamento do então Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, de cônegos assistentes, tenentes e mais oficiais para a cerimônia de posse.¹⁰ O bispo se responsabilizou por tomar conta dos sacramentos, das pastorais, e, durante a sua carreira, prometeu realizar boas ações, apoiando a formação de recolhimentos e conventos, colhendo e aplicando para este fim muitas esmolas.¹¹

Contudo, segundo relatos, era endurecido na observação de pastorais nos conventos e nos sacramentos da igreja, insistindo na observância do culto divino, proibindo conversas no espaço religioso, aglomerações, abusos em dias festivos, algo que indica a influência, em suas ações, do movimento jacobeu.¹² Como bispo pastor, segundo Fr. Basílio Röwer, exerceu cuidados frente à formação do clero, de irmandades e à boa moral: -“D. Desterro era sempre o pai bondoso e caritativo, o Monge humilde, alheio às honras, conservando o hábito e a coroa de simples Beneditino”-¹³.

No que tange à administração deste bispo no então Convento da Ajuda, exerceu influência na questão espiritual - (regra e cartas pastorais) e material (propriedades e dotes) do convento-. Segundo Fr. Basílio Röwer, em relação à sua atuação na edificação do espaço, D. Desterro sempre buscou o progresso material e espiritual da instituição, defendendo a construção de altares em benefício de algumas instituições, como o Convento da Ajuda¹⁴, e, de fato, o bispo ajudou no aperfeiçoamento desse mosteiro. As esmolas e, posteriormente, os dotes proporcionaram um bom legado ao Convento da Ajuda. Casas, terrenos, sobrados e fazendas sustentaram as freiras por décadas.

⁹ RUBERT, Arlindo. *A igreja no Brasil*. Expansão territorial e absolutismo estatal. (1700-1822). Vol. III. Santa Maria, RS: Pallotti, 1988, pp.49-50 e ROWER, BASÍLIO. Fr. *O mosteiro da Ajuda no passado e na atualidade*. Rio de Janeiro: BNRJ, III-1961,6, 48. Vozes, 1960, pp. 17.

¹⁰ CUNHA, Luiz Antônio Rosado. Relação da entrada que se fez e excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros. Rio de Janeiro, M.CC. XL VII.

¹¹ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica da Ordem da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913.

¹² FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Orgs.). *A Igreja no Brasil*. Op. cit., pp. 40.

¹³ ROWER, Fr. Basílio. *O mosteiro da Ajuda*. Op. cit., pp. 18.

¹⁴ *Idem*.

Ao recorrer à historiografia e aos registros do capelão da comunidade, o arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos, assim como às entradas oficiais de noviças e freiras, é possível detectar a riqueza permanente e temporária do convento. Em relação ao legado da instituição, segundo o capelão Antônio dos Santos, foram adquiridos:- “Treze casas, onze sobrados, quatro terrenos, duas permutas de casas, duas fazendas, sete escravos de fazenda e oito escravas do Convento da Ajuda” -¹⁵. Sem contar com a doação feita pelo próprio bispo D. Desterro, que contribuiu com: - “Alguns terrenos e fazendas no Campo Goytacazes e uma casa na rua dos pescadores, para que as recolhidas, tivessem ao menos, algumas rendas para o sustento próprio” -¹⁶.

Sobre o lado espiritual das freiras, o prelado estabeleceu orientações de disciplina dentro da clausura¹⁷ e a regularização das normas pelas constituições conventuais. Exortava as “esposas de Cristo” a executarem regras principais, como a obediência, a castidade, a pobreza, e secundárias, como a clausura, por exemplo. Não deveriam esquecer a mortificação, o exame de consciência e o jejum.¹⁸ O ideal era que as religiosas fossem virtuosas e distintas e, para isso, deveriam ler com regularidade as constituições, bem como orar. No entanto, nas entrelinhas das constituições conventuais, eram perceptíveis aspectos coligados ao Sagrado Concílio de Trento, a partir do qual se pregava, no capítulo VIII, a presença de um prelado como governador do estabelecimento religioso.¹⁹

As freiras da Imaculada da Conceição de Maria realizavam tal exame pela exigência do capítulo oito da constituição. Assim, a observação própria dos defeitos das religiosas

¹⁵ Digo temporária por conta da regra do convento, que, por morte da religiosa, o valor do dote deveria ser devolvido às famílias se assim fosse decidido. In: SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica da Ordem da Imaculada*. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) – Série Congregação Religiosa, Notação 081. *Op.cit.*

¹⁶ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica da Ordem da Imaculada Conceição*, ff 30.

¹⁷ Além de algumas normas mencionadas no corpo do texto, o prelado D. Desterro deu diversas orientações além daqueles presentes na constituição conventual. Segundo o capelão do Convento da Ajuda, o arcepreste Antônio Alves Ferreira dos Santos, foram passadas mais de quinze instruções às freiras, tais como a proibição de conversar com pessoas de fora em momentos de vigilância, como a quaresma; a forma como deveriam vestir o hábito; a mortificação; penitência; humildade; obediência; castidade e pobreza. Além dessas normas, mandou que queimassem qualquer objeto de - “luxo mundano” -. In: SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Idem*, ff. 69-70.

¹⁸ ROWER, Fr. Basílio. *O mosteiro da Ajuda*. *Op. cit.*, pp. 19.

¹⁹ CATÓLICA, Igreja Concílio de Trento, 1545-1563. *O Sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento em Latim e Português*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1781. Disponível em:< <http://purl.pt/360/3/>> (Acesso em 17 de janeiro de 2014). Capítulo XX. Das Enfermas. Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda. In: RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. *Op.cit.*

deveria ocorrer duas vezes ao dia – uma antes do jantar, em comunidade, e a outra antes de se recolherem, para que, em silêncio, observassem de uma melhor forma os seus atos e desejos. Em dias santos e aos domingos, a lição espiritual deveria ser realizada em suas celas; nos demais dias, na casa de louvor. Nesse caso, aplicava-se a disciplina diante da comunidade. Ao que tudo indica, a punição não era física, e sim por meio de leituras e orações pertinentes às necessidades das religiosas. Após tal processo, a freira que quisesse aplicar penitência deveria pedir licença à prelada ou ao confessor.²⁰

Ou seja, a vigilância das religiosas era algo sério para a Igreja, de modo que é possível observar a forma endurecida com que o bispo exercia seu controle da clausura conventual, ficando evidente a influência do bispo D. Desterro frente a uma instância religiosa por meio das constituições conventuais, elaboradas em 1750. O convento formalmente estabelecido deveria seguir normas constitucionais, bem como orientações e pareceres do bispo, não tendo como excluir essa interação. Em poucas linhas, foi mencionada a forma como D. Fr. Antônio do Desterro orientou e supervisionou as religiosas do Convento da Ajuda, mesmo não estando presente regularmente, em visitas pastorais, ou mesmo, no momento da profissão religiosa.

As candidatas de 1750 a 1751

Esta etapa do artigo tem como objetivo indicar direções e não caminhos perfeitamente mapeados. Além das bases já indicadas, como a Série de Congregação Religiosa cód.081, faremos um complemento com os registros depositados no Arquivo do Convento da Ajuda, indicado em nota.²¹ Como apoio para essas fontes, vamos indicar algumas informações das primeiras noviças e candidatas ao estado religioso nos anos de 1750 a 1751, ano de fundação e de abertura do noviciado do então convento, respectivamente.

Nessa primeira caixa, conseguimos mapear alguns dados gerais, como o fato de a maior parte das donzelas não ter mais do que vinte anos, serem oriundas da localidade do Rio de Janeiro, e algumas órfãs por parte de pai. Geralmente, o responsável da candidata – pai, mãe ou tutor – encaminhava o pedido formal por escrito a fim de ser aprovado pelo bispo e pela madre abadessa, após o que o processo transitava pelo convento, tendo como responsáveis a superiora, a escrivã e mais duas religiosas discretas, que acompanhavam o

²⁰ ACMRJ, cód. E-238, Portarias e ordens episcopais. *Regra das Religiosas*. *Op. cit.*, ff. 20 v.

²¹ As informações mais ricas encontram-se apenas nos assentos do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Ver: ACMRJ, cód. 081, Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda*, Volume: 01[081/741]. *Op.cit.*; SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica*. *Op. cit.*; _____. *Livros dos assentos de óbitos das religiosas*. 1751-1889. AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada para noviciado e profissão das religiosas primitivas*, 1750-1862.

processo da donzela, principalmente no momento das perguntas e respostas no *estilo*, ocorrendo a votação da comunidade. Sendo a aspirante aceita, os autos eram concluídos e pagos juntamente com o dote e propina.²²

Em relação ao exposto acima, buscamos realizar informações uniformes em relação às religiosas e seus pais. Compreendemos que aplicar o método prosopográfico nas fontes apresentadas e em nossa forma de estruturar este artigo tornou-se uma tarefa árdua, uma vez que a ausência de informações pode deixar um vácuo ou até mesmo levar a um erro ou à superficialidade das informações.

Conforme mencionou Lawrence Stone, - “Esse é um problema que afeta todos os trabalhos que usam essa metodologia e contra o qual as únicas defesas são a mais cuidadosa avaliação das probabilidades e a aplicação, onde necessário, de índices de erros para corrigir as estatísticas” -²³. Para este artigo, apresentaremos apenas o primeiro volume de petições para noviciado e profissão religiosa no então convento. Dessa forma, o recurso que empregamos se deu a partir de uma escolha que buscou acrescentar de forma mais profunda as pequenas coletividades representativas dentro de uma sociedade.

Pelos nossos registros, temos basicamente treze mulheres que entraram na clausura feminina entre os anos de 1750 a 1751. Agora, podemos nos perguntar: será que vamos conseguir informações de todas as candidatas? De onde eram? Filiação e ocupação de todos na sociedade colonial? Desejamos fazer esse mapeamento da ampla maioria pois buscamos informações em fundos documentais confiáveis, que nos deram a oportunidade de fazer comparações em pelo menos seis fontes indicadas na nota²⁴.

A primeira candidata, Ana de Jesus Maria, tinha vinte anos quando teve a decisão de se dedicar ao estado religioso. Sua freguesia de origem foi a Nova colônia do Sacramento, mas, em seus autos, consta o registro de que era moradora do Rio de Janeiro, além de filha

²² Ver Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) cód. E-238. VI, 1. Regra das Religiosas. *Op.cit.* ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Dotes de Freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição do Braga (século XVII). *Departamento de História da Universidade do Minho*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos Universidade do Minho, 2005, pp. 119.

²³ STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*. V, 9. Nº-39: 115-137, 2011, pp. 125.

²⁴ Estamos nos referindo ao ACMRJ, cód. 081, Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vols. 01 ao 04. *Op.cit.* AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada para noviciado*. *Op.cit.* SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos. *Op.cit.* SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos*. *Op.cit.* RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras famílias*. *Op.cit.* Site: <<https://www.familysearch.org>>. (Acessado em 10/01/2017)

legítima do capitão Antônio Teixeira de Carvalho e de dona Inácia de Jesus.²⁵ A candidata entrou na clausura no dia 20 de maio do ano de 1750, alegando ter vocação para a carreira religiosa. Sua profissão ocorreu em 7 de junho do mesmo ano, com a licença e aprovação do então bispo D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros.²⁶ Sua morte é datada de 1º de dezembro 1772, tendo sido realizado o seu sepultamento no cemitério do Convento da Ajuda.²⁷

O interessante nesse registro particularmente é que Ana de Jesus foi direcionada a outro convento, o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, sendo já uma religiosa professa. Embarcou para a Bahia a mando da Madre Abadessa Maria da Penha de França por volta do ano de 1758, ficando lá quatro anos de sua vida, contribuindo financeiramente com o seu estado. Em relação a isso, na procuração referente às contribuições doadas por Ana de Jesus Maria à Madre Abadessa Josefa Clara de Jesus, do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, é mencionado que a freira era de responsabilidade do convento baiano e que, por a terem recebido do Convento da Ajuda, pediam apoio para a sustento de Ana de Jesus por seus rendimentos não darem conta de seus gastos.²⁸ Posto que é algo incomum essa troca de religiosas entre instâncias, nos perguntamos qual teria sido o motivo da passagem de Ana de Jesus Maria em outro convento: número de vagas reduzido? Apoio financeiro a outra instituição? Perguntas, por ora, sem respostas.

O que podemos mencionar do exposto no último parágrafo é que o convento foi fundado em 1744 com a Ordem voltada às irmãs franciscanas, tendo apoio de dois mestres de obras: João de Miranda Ribeiro e Manoel Antunes Lima. Segundo Ana Claudia de Ataíde Mota, a construção desse espaço atendeu às necessidades da população local, pois João de Miranda Ribeiro, o construtor, tinha cinco filhas e desejava alocá-las em um convento professo; buscou concretizar este desejo no Convento do Desterro, que não possuía vagas para suas meninas e, por isso, reuniu forças para a formação de uma instância canonicamente reconhecida em terras além-mar. Ainda segundo relatos descritos pela pesquisadora, o convento contou com poucas religiosas, o que certamente fez com que se tivesse se tornado um problema a sua manutenção. Por isso, foi exigido pela constituição conventual o

²⁵ ACMRJ, cód. 081, Ana de Jesus Maria 1750, fl. 3. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01. *Op.cit.*

²⁶ AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. Termos de entrada para noviciado. *Op.cit.*, ff. 7.

²⁷ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). Livro dos assentos de óbitos. *Op. cit.*, pp. 39.

²⁸ ACMRJ, cód. 081, Ana de Jesus Maria 1750, fl. 9. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, vol.1. *Op.cit*

recebimento de apenas vinte donzelas que tivessem “posses”.²⁹

A respeito dos pais de Ana de Jesus Maria, o capitão Antônio Teixeira de Carvalho e dona Inácia, não conseguimos tantas informações. Segundo Carlos G. Rheimgantz, famílias com este sobrenome foram identificadas no Rio de Janeiro por volta do século XVII. Fazendo uma busca no Colégio Brasileiro de Genealogia, Antônio Teixeira de Carvalho aparece registrado, em 1722, como capitão no Livro I de Ordens Régias.³⁰

Izabel Maria da Cruz foi religiosa do Convento da Ajuda, professando em 7 de junho de 1750.³¹ O seu processo de entrada ocorreu no mesmo ano de fundação do convento, quando a candidata comprovou ser filha legítima do coronel Domingos Teixeira de Azevedo e de dona Ana de Siqueira Mendonça, com origem na Ilha dos Santos (São Paulo). A requerente seguiu todos os passos a fim de professar como religiosa precisamente no ano de 1750, segundo a ata de aprovação pelo então bispo D. Fr. Antônio do Desterro Malheiros e pela Madre Leonor Maria do Nascimento.³²

Algo que não poderíamos deixar de mencionar é que está requerente tornar-se-ia mais adiante, precisamente no ano de 1760, a Madre Abadessa do Convento da Ajuda³³, cargo almejado e de grande responsabilidade a uma religiosa. Os pais de Izabel doaram a quantia necessária ao dote como contribuição à sacristia e ao enxoval. Não foi possível computar os valores doados devido ao estado das fontes alcançadas, mas, nos autos finais, a requerente demonstrou aptidões ao cargo, sendo aceita como freira professa. Sua data de morte ocorreu em 13 de outubro de 1767, sendo sepultada no próprio Convento da Ajuda, precisamente na primeira sepultura.³⁴ Em relação ao pai de Izabel, temos algumas informações retiradas do site do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro de Santos.

O coronel Domingos Teixeira de Azevedo foi nomeado pelo Regimento de Ordenanças de Santos e São Vicente e provedor da Fazenda da Real Casa de Fundição de Paranaguá, sendo filho de Gaspar Teixeira de Azevedo, Capitão-Mor da Capitania de São Vicente, e de família importante da localidade. Ao que parece, além das donzelas internadas

²⁹ MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. *Documentos avulsos do Convento da Lapa* (Salvador, Bahia, Séculos XVII e XVIII): Edição de estudo. Dissertação (Mestrado em letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2011, pp. 20-1

³⁰ Antônio Teixeira de Carvalho – Capitão (patente de nomeação). Livro I do Registro de Ordens Régias, 1722, fl. 74v. Nota: novamente registrado com a patente de capitão, no livro do Registro de Ordens Régias, datado de 1735, fl. 156. <<http://www.cbg.org.br/novo/cadernos-genealogicos/>> (Acesso em 21 de julho de 2017). RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras famílias*. *Op.cit.*, 315.

³¹ AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada para noviciado*. *Op.cit.*, ff. 4.

³² ACMRJ, cód. 081, Izabel Maria da Cruz, 1750. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01.

³³ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia Histórica da Ordem*. *Op. cit.*, pp. 225.

³⁴ _____. *Livros dos assentos de óbitos*. *Op.cit.* ff.8.

no Convento da Ajuda, o capitão Domingos Teixeira de Carvalho teve um filho religioso, Gaspar Teixeira de Azevedo – o frei Gaspar da Madre de Deus.³⁵

Em relação ao cargo de provedor da Fazenda Real, foi uma responsabilidade importante perante a sociedade colonial, por conta do qual o indivíduo ficava subordinado diretamente à metrópole, trabalhando em prol do reino português. Contudo, em período joanino, esta tarefa era nomeada pelo rei, e aqueles que aceitavam faziam parte do conselho, demonstrando sua qualidade e responsabilidade com o que se estavam comprometendo. De todo modo, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, ser conselheiro da Fazenda não garantia estabilidade na função, ocorrendo uma circulação de homens neste cargo.³⁶

Retomando os casos, Tereza Francisca dos Santos era afilhada de Ana Tereza da Cruz, e tinha como padrinho o padre Antônio Francisco da Cruz. Foi uma candidata com boas referências, tendo indicações de ter sido muito bem-educada e moradora da casa do senhor Francisco da Serra. Os responsáveis pelas requerentes achavam por bem indicar Tereza Francisca dos Santos, que mais tarde se chamaria Tereza Francisca de Santa Clara, ao Convento da Ajuda a fim de que fosse freira naquela instância. Tereza tinha origem na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, sendo aceita na clausura no ano de 1750. Foi doada pela candidata a quantia de 50\$000 réis para a sustentação de seis meses, mais 50\$000 réis à sacristia, e 42\$800 réis como propina em apoio ao refeitório.³⁷

Em relação a mais informações de Tereza Francisca de Santa Clara, não conseguimos identificar se de fato era órfã, apesar de tudo levar a crer que sim. Resgatamos apenas o nome de seus padrinhos que a auxiliaram socialmente e financeiramente no estado religioso. Conforme indicado pela historiografia, não era fácil arrumar um bom matrimônio para mulheres de destaque na sociedade, o que não parece ter sido o caso da candidata, que não tinha o registro de batismo em seus autos, deixando-nos um pouco intrigados com a ausência dessa informação na documentação. Pelo parecer do arcepreste, Tereza Francisca de Santa Clara professou em 20 de junho de 1751, sendo uma religiosa de hábito, e faleceu em 8 de março de 1806, sendo sepultada no Convento da Ajuda.³⁸

Uma outra órfã identificada foi Maria Tereza de Jesus. Natural e batizada na Freguesia da Sé do Rio de Janeiro, era filha legítima do doutor Francisco da Costa Ramos, casado com

³⁵ RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. Primeiras famílias. Op.cit, pp.170-84 e o site do Instituto Histórico Geográfico de Santos: <<http://www.ihgs.com.br/cadeiras/patronos/freigaspar.html>> (Acesso em 21 de julho de 2017).

³⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005, pp. 293-4.

³⁷ ACMRJ, cód. 081, Tereza Francisca de Santa Clara, 1750, fl. 2,3 e 3v. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01, *op. cit.*

³⁸ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos*, ff. 14.

dona Maria Clara do Rego. Dr. Francisco foi médico atuante em 1710 no Presídio do Rio de Janeiro, e testemunha no processo de inquirição de Theodoro Pereira da Costa, que era médico, cristão-novo e seu colega de profissão.³⁹

Maria Tereza de Jesus buscou um abrigo no convento religioso não apenas por ser um local almejado por famílias de bem, mas por ser também uma oportunidade de obter um futuro seguro. Segundo Leila Mezan Algranti, a caridade em conventos foi algo comum nas regiões da Europa e, de certa forma, passou por avaliações do Concílio de Trento, que buscou incentivar a busca por pessoas - “miseráveis” - que necessitavam de uma assistência. Além disso, instituições foram criadas a fim de receber esse tipo de pessoas. No caso dos Estados Unidos e Inglaterra, foram criadas por volta do século XVI, e na Europa isso se difundiu no século XVII.⁴⁰

Segundo Luciana Galdeman, o espaço destinado às órfãs foi voltado a atividades de atendimento aos mais necessitados(as), doando esmolas, casando as órfãs e na cura de doentes. Contudo, por mais que a Misericórdia buscasse atender a essa demanda, muitos necessitados ficavam expostos na sociedade colonial.⁴¹ O interessante é que alguns espaços foram criados como forma de “organizar” essa sociedade, a fim de alocar mulheres em seus respectivos espaços que, por sinal, deveriam estar de acordo com sua condição no século.

No Rio de Janeiro, como sabemos, os recolhimentos e conventos foram se instituindo aos poucos, não dando muito oportunidade para que as órfãs recebessem uma assistência devida, principalmente aquelas muito pobres, mesmo com a Criação do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa, em 1739.⁴² Além desse espaço, foram criadas outras instâncias, como o Recolhimento do Parto, em 1752, e o de Santa Teresa do Itaipu, em 1764. Mesmo assim, isso não impediu que algumas órfãs procurassem outros lugares, como, por exemplo, o Convento da Ajuda.

Voltando ao caso de Maria Tereza de Jesus, cabe dizer que ela resolveu revelar toda a verdade no momento crucial do processo seletivo das religiosas do Convento da Ajuda, a chamada - “A resposta no estilo” -. A candidata disse que estava na clausura pela imposição de seu tio, e que não desejava ficar naquele estado, demonstrando, assim, que não tinha

³⁹ HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 139.

⁴⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. Honradas e Devotas. Op.cit., pp. 48-9.

⁴¹ GALEMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia* (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Unicamp, 2005, pp. 167.

⁴² *Idem*, 2004, 116.

vocação e por isso não desejava prosseguir carreira.⁴³ Conforme mencionou William de Souza Martins, que analisou também este caso, o que pode ter ocorrido foi uma instabilidade familiar pelo fato da requerente ser órfã de pai. Desse modo, a busca pelo abrigo no convento proporcionaria à requerente um local seguro para o resto da vida, algo planejado por seu tio, segundo os autos. Contudo, como o Convento da Ajuda não aceitava mulheres que não tivessem vocação, a candidata Maria Tereza de Jesus não prosseguiu na carreira. Afirmamos isso por não encontrarmos mais em seu processo informações de seu percurso dentro do convento, bem como não encontramos o seu nome na listagem da profissão religiosa, nem nos registros de óbitos do convento.⁴⁴

Joana Maria Batista e dona Bernarda Batista eram irmãs de sangue e filhas legítimas do sargento-mor José Batista de Siqueira e de Ana Maria da Assunção. Em 1750, apenas Joana Maria Batista professou; sua irmã tomaria o hábito adiante, por volta do ano de 1751. Em relação à dona Bernarda Batista, não terá seu processo explorado, devido ao seu registro estar no segundo volume da série de Congregação Religiosa, assento que não será desenvolvido neste artigo.⁴⁵ Já Joana Maria Batista teve sua origem registrada na Freguesia da Sé do Rio de Janeiro e morava na rua Nossa Senhora dos Passos. Afirmou nos autos ter vocação para a vida religiosa, professando em 1751 com o possível nome de “Joana Maria da Conceição”. Faleceu em 13 de dezembro de 1794, sendo sepultada na comunidade conventual.⁴⁶ Sobre os seus pais, não conseguimos resgatar muitas informações em nenhuma das bases que propomos fazer o levantamento.

Izabel Correa de Andrade era órfã. Filha legítima de Manoel Correa Aguiar e Margarida Soares de Oliveira, a candidata era de Minas, precisamente da Freguesia de São Bartolomeu, no bispado de Mariana. Seu noviciado fora aprovado em 20 de julho de 1750, quando, segundo os autos, a donzela tinha por volta de 20 anos de idade.⁴⁷ Nos autos

⁴³ ACMRJ, cód. 081, Tereza Francisca de Santa Clara, 1750, fl. 02,03, 03v e 04. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01, *Op. cit.*

⁴⁴ AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada* para noviciado. *Idem.* SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos. *Livro dos assentos de óbitos.* *Op.cit.*

⁴⁵ Em outro artigo de minha autoria, foi publicada a caixa seguinte destes registros de entrada das religiosas do Convento da Ajuda. Dentre vários processos, consta o de dona Bernarda Batista. Ver: OLIVEIRA, Amanda Dias de. *Noviças e freiras: as candidatas à profissão religiosa no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (1750 a 1757).* *Veredas da História*, [online], v. 10, n. 2, pp. 62-93, dez., 2017.

⁴⁶ SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica.* *Op.cit.*, pp. 219. ACMRJ, cód. 081, Joana Maria Batista 1750, fl, 5v. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01. *Idem.* SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos.* *Op.cit.*, pp. 39.

⁴⁷ ACMRJ, cód. 081, Izabel Correa de Andrade, 1750, ff, 5 e 6. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01, *op. cit.*

analisados, as informações estacionam no noviciado, tendo a sua entrada oficial como freira em 24 de julho de 1750, e sua morte não registrada.⁴⁸

Mariana Antônia Gomes era filha legítima de Antônio Gomes Figueiredo, que já era falecido segundo o processo de registro da candidata, e de Aurélia Antunes Pereira. Com origem na Freguesia de São João do Itaboraí, buscou uma vaga como freira professora em 20 de julho de 1751, respondendo às perguntas oficiais e professando no mesmo ano. Contudo, quando trabalhamos com fontes do século XVIII, é comum encontrarmos registros da mesma pessoa com datas diferentes. No caso do processo da requerente, segundo a petição de noviciado e profissão religiosa, fundos do Arquivo da Cúria, a data da profissão solene de Mariana Antônia Gomes é de 1751.

Já no - “termo das entradas para o noviciado e das profissões religiosas primitivas” -, fundos do próprio Convento da Ajuda, a data é de 1750, ano da entrada oficial das religiosas. E, por fim, segundo o capelão Antônio Alves Ferreira dos Santos, Mariana Antônia da Conceição foi a 13ª candidata a tomar o hábito, em 16 de agosto de 1751, falecendo em 3 de maio de 1762, sendo sepultada no Convento da Ajuda, precisamente na 11ª sepultura.⁴⁹ Em relação aos pais de Mariana, mais uma vez não tivemos sucesso na busca de informações tanto no site do Family Search, quanto no livro de Carlos G. Rheingantz. Inclusive nesta última referência, encontramos na árvore genealógica de Inácio de Figueiredo dois homens com o nome de - “Antônio Figueiredo” -, que não passa apenas de suposição.⁵⁰

Retomando os processos de entrada das religiosas, a candidata Catharina Nunes era natural e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade Inhomirim e filha legítima de Manuel Correia Cabral e de dona Tereza de Jesus. Buscou o Convento da Ajuda por ter vocação para a vida religiosa e por - “melhor assegurar a sua salvação” -.⁵¹ Moradora da Ilha do Inhomirim, tinha por volta de onze anos, segundo seu registro de batismo, no qual consta a data de 6 de julho de 1740, e ela buscou a carreira religiosa em 1751.

Pelo Concílio de Trento, uma mulher não poderia professar como religiosa antes dos dezesseis anos de idade, o que provavelmente fez com que Catharina professasse anos depois. Essa certeza não podemos dar por não termos tido acesso a todo o processo de Catharina Nunes devido ao seu estado de conservação, praticamente interditado e com a grafia difícil de

⁴⁸ AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada. Op.cit.*

⁴⁹ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos das religiosas. Op. cit.*, ff, 6. SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica. Op. cit.*, pp. 219.

⁵⁰ RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Primeiras famílias. Op.cit.*, pp. 125. E o site:

https://familysearch.org/tree/find/name?search=1&gender=MALE&exact=1&self=AntonioGomes%20Figueiredo|1|1&spouse=Aur%C3%A9liaAntunez|0|0&_id=1500655855227>(Acessado em 10/02/2017).

⁵¹ ACMRJ, cód. 081, Catharina Nunez, 1751, ff, 6 e 6v. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso. Op.cit.*

ser compreendida.

Segundo o registro de Antônio Alves Ferreira dos Santos, por volta do dia 29 de agosto de 1752, foi aceita uma religiosa do nome “Catharina dos Anjos”, nome que aparece também, na ata oficial da profissão religiosa do Convento da Ajuda, em 1751. O que interessa no momento é o fato de que a donzela professou, ou pelo menos se tornou noviça, até o momento de completar a idade competente ao estado pretendido. Sua morte data de 28 de abril de 1826.⁵²

Outras donzelas órfãs vão procurar o Convento da Ajuda para serem religiosas. Anna Joana de Bom-Sucesso, natural e batizada na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, e filha legítima de João Roiz da Costa e de Antônia Vieira do Bom-Sucesso, professou em 28 de setembro de 1750, e sua data de morte não foi registrada.⁵³ As outras irmãs de sangue citadas foram: Anna Maria do Pilar Vianna e Francisca de Jesus Maria Joana, filhas legítimas do então capitão Sebastião Gurgel do Amaral, falecido à época do registro, e de dona Izabel Vianna do Amaral, naturais e batizadas na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária.

A primeira requerente disse em seus autos que tinha uma especial vocação desde menina e, por isso, procurava a carreira religiosa, adotando o nome de Antônia Viana do Salvador. Fez a petição para a profissão religiosa um ano após a sua entrada, em 1751, alegando ter dezoito anos de idade, professando assim como religiosa. Seu falecimento, ocorreu em 8 de dezembro de 1813.⁵⁴ Sua irmã adotou o nome de Francisca Joaquina de São José, alegando ter vocação sincera e entorno de vinte e um anos de idade. Sua morte foi registrada no livro de óbitos das religiosas em 1º de setembro de 1809, com sepultamento no Convento da Ajuda.⁵⁵

O capitão Sebastião Gurgel do Amaral (1698-1746) era um homem distinto e com grandes propriedades de terra (fazendas de engenho). Teve cinco filhos, dos quais duas foram concluir carreira no Convento da Ajuda, e dois meninos faleceram quando ainda eram menores, restando apenas mais um varão, que permaneceu solteiro. Segundo William de Souza Martins, a internação das donzelas pode ter ocorrido pela tentativa de não dividir bens

⁵² SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos das religiosas*. *Op.cit.*, pp. 47.

⁵³ AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. *Termos de entrada para noviciado*. *Op.cit.*, pp. 49.

⁵⁴ SANTOS, Padre Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos das religiosas*. *Op.cit.*, pp. 42.

⁵⁵ ACMRJ, cód. 081, Anna Joana de Bom-Sucesso, Anna Maria do Pilar Viana e Francisca de Jesus Maria Joana, 1751. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01. *Op.cit.* SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos (Capelão, Secretário do Arcebispado). *Livros dos assentos de óbitos das religiosas*. *Op.cit.*, pp. 28.

com um futuro cônjuge, estratégia exercida por muitos pais na época colonial, inclusive pela família de Sebastião Gurgel do Amaral, que o esposou com sua prima Izabel Viana do Amaral (1703-1773).⁵⁶

A família Gurgel do Amaral teve participação em algumas instituições religiosas e trabalhou em prol do reino, como dr. Cláudio Gurgel do Amaral, que foi provedor da Santa Casa de Misericórdia e ministro da Ordem Terceira do São Francisco, e outras donzelas como Teresa Gurgel do Amaral, Ana Joaquina Gurgel do Amaral, Ana Maria Inácia Gurgel do Amaral e Antônia Francisca Gurgel, que professaram em associações franciscanas.⁵⁷

Uma das últimas requerentes foi Joana Perpétua do Nascimento, filha legítima de Alexandre da Costa, familiar do Santo Ofício, homem de negócios, natural de Portugal e casado com dona Antônia Nunes.⁵⁸ Joana tinha dezesseis anos e suplicou para ser religiosa no Convento da Ajuda. Seu batismo ocorreu na Freguesia da Sé do Rio de Janeiro.⁵⁹ O cargo ocupado por seu pai, segundo Roberta Cristina da Silva Cruz, designava agentes do tribunal do Santo Ofício que deveriam denunciar os desviantes da fé. Além disso, alguns dos ocupantes deste cargo poderiam ter a liberação de prender inimigos da Igreja, mediante a permissão do inquisidor ou comissário, levando-os para serem julgados em Portugal.⁶⁰

O familiar não poderia ser qualquer homem, segundo as regras de admissão, pois tinham que apresentar sangue puro, ter bom cabedal e uma conduta moral incontestável. O familiar utilizou de sua posição não apenas para repreender os desviantes, mas também para obter ascensão social. O interessante é que no século XVIII, precisamente de 1750 a 1770, sobe o número de habilitados a este cargo, mostrando que a busca por representatividade nesta sociedade era alta.⁶¹ Ainda sobre esse aspecto, ocupar essa função foi um prestígio comparável a ocupar um hábito das ordens militares. Contudo, obter a familiatura era um privilégio para homens ricos, pois deviam ter rendas que custeassem viagens ou deslocamentos não tão longínquas. Mesmo assim, o familiar em exercício de função recebia 500 réis por

⁵⁶ MARTINS, William de Souza. Devoção, status e busca de autonomia: o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (c. 1750). In: *Clio: Revistas de pesquisa histórica*. Rio de Janeiro, n. 29, 2. 2011, pp. 6.

⁵⁷ *Ibidem*, 2011, 7.

⁵⁸ ACMRJ, cód. 081, Joana Perpétua do Nascimento, 1750, fls. 2; Ver site: <<http://geneall.net/pt/forum/12666/alexandre-da-costa-goncalves-paderne-sec-xvii/>> (Acessado em 10/01/2017).

⁵⁹ ACMRJ, cód. 081, Joana Perpétua do Nascimento, 1750, fls. 2 e 3. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso no noviciado* no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Vol. 01. *Op.cit.*

⁶⁰ CRUZ, Roberta Cristina da Silva. Familiares do Santo Ofício Português: Uma análise sobre os novos padrões de recrutamento no século XVIII. *II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais* - Salvador, setembro, 2013, pp. 2.

⁶¹ *Ibidem*, 2013, p. 06.

dia.⁶²

Por fim, no ano de 1751, Joana Perpétua pede que se faça a sua profissão religiosa. Ao analisar o processo que dá este feito à donzela, vemos mencionado que seus pais já eram falecidos. Não sabemos, até o momento, se morreram antes do pedido ou durante o processo de admissão de Joana, mas certamente a ausência dos pais pesou para que a noviça resolvesse tomar o hábito religioso, o que aconteceu em 29 de junho de 1751, falecendo apenas em 1º de janeiro de 1821.⁶³

Ângela Maria de Souza Fragoso deu sua graça no Convento da Ajuda em 1750. No entanto, ao contrário das donzelas que desejavam se casar com Cristo, a dita requerente era casada com o então alferes José Pires dos Santos.⁶⁴ Ambos aparecem no requerimento de petição de entrada no Convento da Ajuda alegando ter - “posses” -, e que poderiam certamente contribuir com a instância enquanto instituição regular que era. Sendo assim, disseram ter poder sobre cinco casas térreas na rua conhecida como marisco. As moradias foram doação de Antônio Pires dos Santos e de Antônia de Souza, sogros de Ângela Maria de Souza Fragoso, como forma de dote ao convento.⁶⁵

Observamos nos processos que, ao doar casas em benefício da comunidade, era exigido um parecer de um promotor comissário e do procurador do convento, a partir de uma vistoria nas propriedades, a fim de confirmar a veracidade da doação e se estavam livres de hipoteca. Neste processo citado acima, é indicado por José Pires dos Santos que uma parte do patrimônio ficará para a família de dona Ângela Maria de Souza Fragoso, e a outra para o Convento da Ajuda.⁶⁶ É curioso observar que, nas normas, precisamente no capítulo IV, número 39º, é destacado exatamente o guia para as famílias que desejavam deixar ou não as propriedades para a instituição. Pela norma conventual, na ocasião da morte da religiosa, o valor do dote deveria voltar à família, caso a família não desejasse fornecer o patrimônio ao convento.⁶⁷

Ângela Maria Fragoso era natural e batizada na freguesia de Nossa Senhora da Glória, no caminho das Minas. Seus pais foram o sargento-mor José de Souza Fragoso e dona Paula

⁶² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. *Op.cit.*, pp,159. SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. Ed. Senado Federal, vl.34, pp. 363.

⁶³ SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. *Notícia histórica*. *Op.cit.*, pp. 219.

⁶⁴ Seus pais eram: Antônio Pires dos Santos e Antônia de Souza, natural e batizado na Freguesia da Candelária. In: ACRMJ, cód. 081, Ângela Maria Fragoso, 1750, ff, 40. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso*. *Op.cit.*

⁶⁵ *Ibidem*, 1750, 2.

⁶⁶ *Ibidem*, 1750, 9.

⁶⁷ 4 mil cruzados era o valor equivalente ao do dote: 1:600\$000 réis. RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. *Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus*. *Op.cit.*, pp. 41.

Pereira da Motta. Segundo a requerente, sua decisão de ser religiosa teve o apoio do então esposo, José Pires dos Santos, e ambos aceitaram de comum acordo a decisão de seguirem carreira religiosa.⁶⁸ Dessa forma, Ângela prosseguiu em sua firme vocação, respondendo em depoimento: “[...]que a tempo tem desejo para noviciar e ser religiosa neste convento. Que não foi constrangida por ninguém e que queria segurar a sua salvação” -.⁶⁹

Por mais que saibamos que todo o processo era enrijecido e repetitivo, esse caso nos chamou a atenção por ser a requerente casada pela Igreja Católica. O que podemos nos perguntar é: o que levou Ângela a optar pela carreira religiosa sendo ela uma mulher casada? Sofria maus tratos dentro do círculo familiar e por isso buscou a clausura? Foi imposição de seu próprio marido? Cometeu algum ato reprovável? Ou de fato tinha vocação para ser freira? É importante ressaltar ainda que, pelo fato da norma conventual cobrar de uma candidata ao estado religioso a pureza juntamente com o voto de castidade, Ângela não se encaixaria no perfil, o que não a excluiu de se recolher no espaço, pois seu esposo José Pires dos Santos desejava ser sacerdote do Hábito de São Pedro. No momento, não temos a resposta precisa para este caso, podendo afirmar apenas que, nos fundos documentais que estamos comparando, não encontramos o nome de Ângela Maria Fragoso na listagem do arcebispo e nos termos de entradas do próprio Convento da Ajuda, de modo que fica comprovado que Ângela não professou mesmo tendo fornecido cinco casas, totalizando o valor de 225\$000 réis, como dote.⁷⁰

Conclusão

O Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda foi fundado em 1750, com o objetivo de atender as necessidades das famílias locais do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, foram enviadas treze solicitações de mulheres que desejavam concretizar suas vidas como religiosas naquele espaço. A partir da documentação, foi possível concluir trataram-se de mulheres de bom cabedal e de boa família, algo inicialmente atrativo ao convento, que necessitava de dotes para a sua preservação. Adiante, ao aplicarmos o método prosopográfico nesse pequeno grupo indicado, conseguimos chegar a uma breve conclusão de que se tratavam de mulheres da elite local.

Outro aspecto presente neste artigo foi em relação ao contorno institucional no que tange à administração do bispo D. Desterro, que estabeleceu normas e direções para a vida

⁶⁸ ACMRJ, cód. 081, Ângela Maria Fragoso, 1750, ff.32. In: Série Congregação Religiosa. *Petições para o ingresso*. *Op.cit.*

⁶⁹ *Ibidem*, 1750,34.

⁷⁰ MARTINS, William de Souza Martins. Devoção, status e busca de autonomia. *Op.cit.*, pp. 10.

dessas mulheres quando estava de frente do Convento da Ajuda, com a proposta de manter o controle e a obediência do grupo de religiosas que se consagraram esposas de Cristo. Essas mulheres viveram sob o comando de uma figura masculina, a do Bispo Diocesano, com o apoio da Madre Abadessa e Capitulares. Foram essas mulheres que fizeram parte da história social do Rio de Janeiro do século XVIII.

Conseguimos fundamentar a hipótese principal deste artigo por meio das fontes eclesiásticas dos fundos do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e do Arquivo do Convento da Ajuda, situado em Vila Isabel. Os fundos documentais totalizaram-se em seis registros basicamente, que indicam informações de origem dessas mulheres e dos seus respectivos pais. De outro modo, selecionamos também fontes normativas prescritas pelo bispo D. Desterro a fim de levantarmos aspectos relevantes sobre o perfil estipulado para essas esposas de Cristo.

Referências bibliográficas

Fontes

AMORIM, João Pedro de Vigário Geral do Arcebispado do Rio de Janeiro. Termos de entrada para noviciado e profissão das religiosas primitivas, 1750- 1862.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - (ACMRJ) -Série Congregação Religiosa, Notação 081- Petições para o ingresso no noviciado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda, Volumes: 01[081/741]; 02[081/742]; 03[081/743] e 04[081/744]. (1751- 1800).

A.H.U. 1705. S. d. Informação do Padre Balthazar Duarte, em que pretende demonstrar todas as vantagens que ofereceria a fundação do referido convento. Anexa ao n.º 2855. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 28625.

CATÓLICA, Igreja Concílio de Trento, 1545-1563. *O Sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento em Latim e Português*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1781. Disponível em < <http://purl.pt/360/3/>> (Acesso em 17 de janeiro de 2014).

CUNHA, Luiz Antônio Rosado. Relação da entrada que se fez e excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. fr. Antônio do Desterro Malheiros. Rio de Janeiro, M.CC. XLVII.

RODRIGUES, & c. TYP. DO “JORNAL DO COMMERCIO”. Regra das Religiosas da Imaculada Mãe de Deus. Aprovada pelo Santo Padre Inocêncio XII e Constituições Dadas por D.Fr. Antônio do Desterro Bispo do Rio de Janeiro as Religiosas do Convento da Ajuda. 1908.

SANTOS, Pe. Antônio Alves Ferreira dos. Notícia histórica da Ordem da Imaculada Conceição da Mãe de Deus e do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1913.

_____. *Livros dos assentos de óbitos das religiosas*. 1751-1889.

Bibliografia

Livros

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres Da Colônia - Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Unifesp, 2011.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião: As enclausuradas Clarissas do Convento de Desterro da Bahia 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

OMAECHEVARRIA, Fr. Ignacio. *Las monjas Concepcionistas*. Notas históricas sobre la Ordem de La Concepcion fundada por Beatriz de Silva. Burgos, 1973.

ROWER, BASÍLIO. Fr. *O mosteiro da Ajuda no passado e na atualidade*. Rio de Janeiro: BNRJ, III-1961,6, 48. Vozes, 1960.

RUBERT, Arlindo. *A igreja no Brasil*. Expansão territorial e absolutismo estatal. (1700-1822). Vol. III. Santa Maria, RS: Pallotti, 1988.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil*. Senado Federal, vl.34.

Artigos

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Dotes de Freiras no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição do Braga (século XVII). *Departamento de História da Universidade do Minho*. Núcleo de Estudos Históricos Universidade do Minho. Braga, 2005.

CRUZ, Roberta Cristina da Silva. Familiares do Santo Ofício Português: Uma análise sobre os novos padrões de recrutamento no século XVIII. *II Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais* – Salvador, setembro, 2013.

MARTINS, William de Souza. Devoção, status e busca de autonomia: o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (c. 1750). In: *Clio: Revistas de pesquisa histórica*. Rio de Janeiro, n. 29, 2. 2011.

OLIVEIRA, Amanda Dias de. O recolhimento da ajuda no Rio de Janeiro (1678-1750). *Revista Tempo Amazônico*, V.102, Nº 02, 2015, pp.126-141.

_____. Novças e Freiras: As candidatas à profissão religiosa, no Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ajuda do Rio de Janeiro (1750 a 1757). *Veredas da História*, [online], v. 10, n. 2, p. 62-93, dez., 2017.

Teses e dissertações

GALEMAN, Luciana Mendes. *Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo: Unicamp, 2005.

MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. Documentos avulsos do Convento da Lapa (Salvador, Bahia, Séculos XVII e XVIII): Edição de estudo. Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2011.